

Influência dos Estados Unidos e a Soberania no Oriente Médio

VÍTOR VIEIRA BRANQUINHO

Soberania é a autoridade de um Estado de governar livre de controle externo (DAVIES, 2016). Essa característica imprescindível a um Estado moderno, aquele que possui uma administração e justiça unificadas, bem como um sistema burocrático (FLORENZANO, 2007), garante que ele seja suficiente para tomar suas decisões, formular suas agendas políticas e agir segundo seus interesses no sistema internacional, com uma menor interferência de outros atores no sistema internacional.

Com isso, a análise estará composta de uma contextualização histórica introdutória sobre as relações internacionais no Oriente Médio, seguida pela mudança da política dos Estados Unidos nessa região e como essa afetou o desenvolvimento de cada Estado e suas relações, sendo finalizada por uma conclusão que considera a veracidade da soberania desses países.

Nesse contexto, cabe destacar como foi construída e estabelecida as relações internacionais do Oriente Médio com base no princípio da soberania. Esses emergiram a partir da queda do Império Otomano, como consequência do resultado da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Após esse acontecimento, na Conferência de Versailes, em 1919, as delegações árabes buscaram se estabelecer como um Estado moderno, desenvolvendo os principais atributos desse: equidade jurídica com os outros Estados e soberania absoluta. Todavia, havia dois impedimentos para essas aspirações: a ausência de consenso entre os árabes acerca de qual estrutura de governo deveria ser levantada e a aversão eurocêntrica à inserção de países não-europeus ao sistema (ROGAN, 2016). Assim, somente perante o reconhecimento internacional da soberania, um dos princípios do direito internacional público, pelos Estados já constituintes do sistema é que ela poderia ser alcançada, deixando de se efetivar caso ele não acontecesse.

Desse modo, nota-se que quando a delegação árabe foi se apresentar à Conferência, havia um vazio diplomático, visto que essa, durante o Império Otomano, era centralizada

em Istambul, representando o todo. Logo, quando houve a queda do império, não havia uma união entre os países árabes estável e experiente diplomaticamente. Por isso, o surgimento desses Estados foi marcado por anos de tutoria em statecraft, a habilidade de governar um Estado, e bureaucracy, a estruturação do governo em múltiplas camadas para sua organização, seguido por quatro acordos entre europeus nos anos seguintes, sendo majoritariamente uma constituição europeia, uma vez que o território árabe era considerado como um espólio da guerra (ROGAN, 2016). Diante desse contexto, os Estados Unidos intercederam, com os “14 Pontos para a Paz”, propostos por Woodrow Wilson, então presidente do país, pelas aspirações diplomáticas árabes. O 12º dos pontos, direcionado aos árabes, à concessão de soberania para a Turquia e o auxílio e oportunidade para o desenvolvimento autônomo dos outros países da região (VOILLIARD, 1976) não aconteceu.

Assim, quatro anos após a queda do Império Otomano, o mapa do Oriente Médio estava construído, quase exclusivamente, por medidas ocidentais. Três países, entretanto, apesar da forte influência europeia presente ao longo de sua consolidação, conseguiram escapar da dominação direta do colonialismo: a Turquia, com uma guerra de independência em 1921-22; o Irã, com um movimento proto-nacionalista em 1921 que colocaria a dinastia Pahlavi no governo até 1979, encerrada com a Revolução Iraniana; e a Arábia Saudita, com a unificação realizada por Ibn Saud, em 1924.

A mudança estadunidense

Por causa do auxílio e apoio de Wilson na Conferência de Versailles diante do sentimento revanchista do Oriente Médio contra a divisão territorial e colonial, a qual foi submetido pela Europa, os Estados Unidos tiveram sua relação com os povos árabes, persas e turcos ainda bem-vista. Entretanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, os países árabes mudaram essa relação à medida que os Estados Unidos alteraram sua política no tocante ao Oriente Médio. Tal fato aconteceu por causa de três razões: a ameaça comunista, o comércio do petróleo e o estabelecimento do Estado de Israel. Embora, no início, os Estados Unidos terem apoiado a delegação árabe, a imanência desses três fatores fizeram que, ao invés de um país auxiliador, ele se tornasse uma polícia que defendia seus próprios interesses naquela região, focando suas próximas ações naquele território com o intuito de lidar

com esses três quesitos (HUDSON, 2016)

A partir da Guerra Fria, os Estados Unidos visavam conter o comunismo soviético de conquistar o Oriente Médio, já que, uma vez que a região apoiasse a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o petróleo árabe poderia ajudá-la a vencer a disputa armamentista contra os Estados Unidos durante esse conflito hegemônico. Logo, em 1953, os Estados Unidos, que apesar de apoiar a soberania desses países na Conferência de Versalhes, trabalharam para suprimir o nacionalismo iraniano, ajudando a destituir o Primeiro-Ministro da época. Já em 1960, não hesitaram em apoiar o regime tradicionalista saudita quando foi desafiado por Nasser (HUDSON, 2016), de modo a explicitar suas questões ideológicas nessas ações.

Viu-se três dos principais interesses no Oriente Médio e como os Estados Unidos estão atuando para garanti-los, suprimindo a soberania dos Estados da região, financiando golpes e revoluções, estabelecendo bases militares em Estados para manter a pretensa segurança internacional, apoiando países em certas guerras e discriminando outros.

Acerca do petróleo, antes da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos já demonstravam interesse nessa commodity, e, por meio de tratados firmados com a Arábia Saudita em 1928, chegou a extrair mais de 32 milhões de barris nos 45 anos seguintes (HUDSON, 2016). Contudo, com a emergência dessa guerra, os Estados Unidos precisaram firmar uma segurança estratégica, não só mantendo a influência ideológica da URSS longe desses países, mas também os impedindo de possuírem qualquer chance de nacionalizarem o petróleo, restringirem sua produção, aumentarem o preço ou trocarem de regime político. Com esse intuito, em 1953, devolveram o trono do Irã ao antigo shah da dinastia Pahlavi, e, além disso, firmaram uma cooperação de petróleo com a criação da Arabian-American Oil Company (ARAMCO), que constituiu um consórcio de empresas americanas ativas na Arábia Saudita, se mantendo até 2010 (HUDSON, 2016). Desde então, a soberania desses Estados ainda podia ser contestada, havendo forte influência de agentes externos nas decisões internas do país, como o próprio shah iraniano e o governante saudita da dinastia Ibn Saud, aliados políticos dos Estados Unidos. Foi em 1973, no "Choque do Petróleo", que esses países puderam exercer a soberania que lhes cabia. Isso se deu com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a qual realizou um boicote aos consumidores, dos quais se destacavam os Estados Unidos e os países europeus,

pela Arábia Saudita. Assim, esse evento decorreu em anos de faíscas trocadas e, devido à sequência de eventos, como a Revolução Iraniana (1979-80) e Guerra do Iraque (1980-88), a afetividade e a necessidade mútua, outrora indispensável aos Estados Unidos, entre OPEP e não-OPEP se perdeu, destruindo a oil weapon (HUDSON, 2016) que esses países haviam construído para impedir influência externas em seus Estados (YERGIN, 2012).

Um último caso de interesse forte dos Estados Unidos no Oriente Médio se constituiu a partir da existência e permanência do Estado de Israel. Desde a década de 1960, os Estados Unidos aproximaram paulatinamente sua relação com Israel, uma vez que esse Estado teve papel importante, obstruindo o programa nuclear do Irã, outrossim, sendo uma democracia no meio de diversos países autoritários. Então, possuindo um país com valores e interesses parecidos, os Estados Unidos investe na segurança de Israel, seja de maneira militar, econômica, política, tecnológica ou bélica (BYMAN, MOLLER, 2016).

Consequências da interferência norte-americana

Viu-se três dos principais interesses no Oriente Médio e como os Estados Unidos estão atuando para garanti-los, suprimindo a soberania dos Estados da região, financiando golpes e revoluções, estabelecendo bases militares em Estados para manter a pretensa segurança internacional, apoiando países em certas guerras e discriminando outros.

No tocante ao Irã, a disputa pelo domínio do mercado do petróleo faz os Estados Unidos excederem seu poder para beneficiar as empresas nacionais, uma vez que hoje países como Irã e Venezuela sofrem uma série de embargos e sanções econômicas, impedindo-os de obter o lucro devido com a venda do petróleo (ROMANO, 2021). Não somente, essa série de políticas são uma iniciativa de controle político e dominação territorial, como expressam a necessidade de impedir o desenvolvimento de países não alinhados (ROMANO, 2021). Hodiernamente, o Irã disputa com a Arábia Saudita, por meio de uma guerra de procuração, ser a maior potência no Oriente Médio. Isso afeta diretamente o poder dos Estados Unidos sobre a região, visto que, caso o Irã consiga se estabelecer, o contato entre Oriente Médio e Ocidente será menor (IGHANI, 2016), além fazer com que o governo dos EUA tema que exemplos de desobediência global, como o mostrado

pelo Irã, inspirem outros movimentos que podem debilitar a zona de influência estadunidense (CHOMSKY, 1992, 2019). Algo que também possui influência no assunto é que durante o final do governo Obama, havia uma tendência de apaziguamento das relações entre ambos países, com a aproximação das relações via acordos contra armas nucleares em troca do fim dos embargos. Porém, com Donald Trump assumindo o governo, essa aproximação se desfez e os embargos econômicos foram retomados, assumindo um discurso mais feroz e violento contra o Irã (BBC News Mundo, 2020).

Por sua vez, a Arábia Saudita se mantém com uma relevância crítica ao contraterrorismo construído pelos Estados Unidos e no mercado petrolífero (HUDSON, 2016). Assim, sobre o comércio de petróleo, sua importância se dá com seu poder de reserva de petróleo, isso assegura uma segurança em caso de novos choques de ofertas ou de revoluções que podem levar ao aumento dos preços. Ademais, no tocante ao contraterrorismo, a relação entre Arábia Saudita e Estados Unidos aproximou-se, abrindo uma relação bilateral entre os dois países sobre o assunto, havendo muito progresso nos programas de contra-radicalização e reabilitação, diminuindo o número de participantes extremistas, desconsiderando o trabalho de inteligência compartilhada e na luta contra os financiamentos aos movimentos terroristas. Por fim, houve o trabalho mútuo de proteção das reservas de petróleo contra possíveis ataques (LEMOS, PACHECO, 2016).

Conclusão

Após os fatos e acontecimentos apresentados, desde a construção histórica às relações e conflitos recentes, pode-se perceber um padrão de atitudes. A formação dos Estados árabes, a busca por soberania e independência, a influência comunista ascendente durante a Guerra Fria, as reservas de petróleo, a relação conflitiva entre os Estados e as guerras de procuração tiveram a presença dos Estados Unidos, seja como intermediador, financiador, conselheiro, ator direto ou influenciador, o Estado marcou sua presença na política interna e externa desses países. Isso é visto à medida que ele se aproxima cada vez mais daqueles que podem ajudá-lo em manter seu auto-concedido papel como agente mantenedor da ordem mundial (FENG, HE, 2020) e se retalia contra aqueles que não desejam sua interferência nos assuntos domésticos (DORSEY, 2018). Independentemente do acontecimento, os Estados Unidos firmaram sua política e influência nas dos países citados,

por interesses e objetivos próprios, descartando as vivências internas e fomentando uma construção idiossincrática de seu próprio governo (SAID, 1990).

Nesse contexto, o conceito apresentado no início sobre soberania tratava da possibilidade de um Estado poder exercer seu governo sem a influência de terceiros nas suas decisões, sejam internas ou externas. Ao aplicar esse conceito em países como Arábia Saudita e Irã, verá que se apresenta algo fragmentado, fragilizado e, principalmente, falsificado pelo ocidente. Fragmentado à medida que não há controle centralizado das ações, havendo sempre pontos de interesses estadunidenses na formação dessas agendas. Fragilizado porque, uma vez que caso os Estados Unidos se ausentassem de qualquer acontecimento relacionado a esses países, sua influência ao longo dos anos foi tão marcante e presente que os Estados árabes continuarão suas guerras de procuração num sistema primordialmente marcado pelo ocidentalismo. Finalmente, é falsificado pois, nesse contexto, a capacidade do Estado de governar e tomar suas decisões sem influências externas não foi concretizada, estando os Estados Unidos ponderado nelas. Portanto, quanto tempo as raízes estadunidenses darão vida ao conflito e às políticas desses países é a questão que determinará quando eles poderão exercer, de fato, suas respectivas soberanias.

Em suma, na perspectiva internacional, a reafirmação e efetivação da soberania pelos países árabes lhes garantiria um papel mais importante e assegurado no sistema internacional, ao passo que, com a estabilidade firmada, poderiam expor seus interesses e propostas em futuras delegações, somado também à capacidade de trocas diplomáticas entre as outras nações, possibilitando a formação de acordos duradouros, política e economicamente. Não somente, no escopo civil, os cidadãos poderiam exercer seus desejos como povo, sem a presença de ideologias externas, mas com a formação una e perene de uma nação ligada, outrossim, à ausência de políticas externas outorgadas a ela.

Referências

BYMAN, Daniel; MOLLER, Sara Bjerg. The United States and the Middle East : Interests, risks and costs. In: SURI, Jeremi ; VALENTINO, Benjamin. Sustainable Security: Rethinking American National Security Strategy. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CHOMSKY, Noam. Deterring Democracy. 1ª edição. Canada: Harper Collins Canada, 1992.

CHOMSKY, Noam. We Must Stop War with Iran before It's Too Late. These Times, maio 2019. Disponível em: <https://inthesetimes.com/article/iran-war-trump-bolton-neoliberalism-venezuela-cuba-world-order>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

DAVIES, Gareth. Sovereignty and Collaboration Report Subtitle: Affordable Strategies in Times of Austerity? Air University Press, 2016.

DORSEY, James M. Iran and Saudi Arabia: Saudi Arabia, the Gulf, and the New Regional Landscape. Begin-Sadat Center for Strategic Studies. Paper No. 723, January 24, 2018.

EUA x Irã: o que originou a rivalidade de décadas entre os dois países. BBC News Mundo, São Paulo, jan 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50983943>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

FENG, Huiyun ; HE, Kai. International Institutions, Institutional Balancing, and Peaceful Order Transition. In : Carnegie Council. Ethics & International Affairs. Cambridge : Cambridge University Press, 2020. cap. 4, pp. 487–501.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. Lua nova. São Paulo: 2007, 71, 11-39.

HUDSON, Michael C.. The United States in the Middle East. In: FAWCETT, Louise. International Relations of the Middle East. Oxford : Oxford University Press, 2016. cap. 16, 356–379.

IGHANI, Helia. Managing the Saudi-Iran Rivalry. Council on Foreign Relations, 2016.

LEMOS, José; PACHECO, Cristina. As crises do petróleo e a geoestratégia dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980. In: Estudos Internacionais. Belo Horizonte: 2016, v. 4, n. 2, p. 17-34.

ROGAN, Eugene L.. The Emergence of the Middle East into the Modern State System. In: FAWCETT, Louise. *International Relations of the Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2016, 2, 39-61.

ROMANO, Gabriel. O longo conflito do Ocidente com o Irã: qual o interesse dos EUA hoje?. *Le Monde Diplomatique Brasil, Acervo Livre*, fev 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-longo-conflito-do-ocidente-com-o-ira-qual-o-interesse-dos-eua-hoje>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2023.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VOILLIARD, O et al. Documentos de História. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa, Plátano, 1976, s/d, v. III, p. 273.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. 1ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2012.